

A prataria religiosa espanhola em Portugal como veículo de *mensagem*: 1580-1640

Nuno Cruz Grancho

RESUMO: A ourivesaria religiosa sempre se socorreu da palavra, para melhor estabelecer uma relação que se pretendia catequizadora junto dos fiéis, podendo assumir-se, simultaneamente, como via de afirmação de poder por parte dos seus detentores. A análise das relações compreendidas entre a palavra e a imagem permite trazer à investigação, pequenas informações que quando aprofundadas, possibilitam aos historiadores de arte eventuais percursos valorativos da mesma. Foi com base nesse inquestionável interesse detido por tais apontamentos e, reunindo o presente conjunto de peças de ourivesaria da prata religiosa, existentes em Portugal Continental, de origem espanhola e balizadas entre 1580 e 1640, que desenvolvemos diálogos próprios com cada um dos espécimes, originando interpretações que apresentamos seguidamente, no desenvolvimento deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja; Ourivesaria; prata; Espanha; Filipe I

ABSTRACT: Religious silverware has always relied on words to better develop a relationship that was meant to catechize the faithful and which, at the same time, could be used by its owners as a way of asserting power. The analysis of the relationships between word and image makes it possible to supplement research with small pieces of information that, when examined in depth, allow art historians to gain a greater knowledge of it. It was on the basis of this unquestionable interest in such notes and, gathering this set of religious silverware found in mainland Portugal, of Spanish origin and dated between 1580 and 1640, that we engaged in personal dialogues with each specimen, resulting in the interpretations presented below, in the course of this study.

KEY-WORDS: Church; Silverware; silver; Spain; Filipe I

RESUMEN: La orfebrería religiosa siempre se ha apoyado en la palabra para mejor establecer una relación que pretendía catequizar a los fieles, pudiendo, al mismo tiempo, ser utilizada como medio de afirmación del poder por parte de sus poseedores. El análisis de las relaciones entre palabra e imagen permite complementar la investigación con pequeños fragmentos de información que cuando se profundizan, proporcionan a los historiadores del arte un mayor conocimiento de la misma. Fue sobre la base de este indudable interés por dichas notas y, reuniendo a este conjunto de piezas de orfebrería religiosa de plata, existentes en Portugal Continental, de origen español y fechadas entre 1580 y 1640, que hemos entablado diálogos propios con cada

uno de los ejemplares, dando lugar a interpretaciones que presentamos a continuación, en el desarrollo de este estudio.

PALABRAS-CLAVE: Iglesia; Orfebrería, Plata, España, Filipe I

PHILIPPUS. II. HISPANIARUM. REX. MEDONAT. ANNO. 1581 [1582]// D. LUDOUVICO. MANRIQUE. ELEEMOSYNIS. REGGIS. PRAEFECTO//¹

A inscrição acima reproduzida é comum a dois exemplares, os quais ainda que tipologicamente idênticos, apresentam do ponto de vista da sua ornamentação características que os diferenciam inteiramente. Por outro lado, trata-se de dois cálices, directamente associados ao monarca espanhol, o que lhes confere uma certa raridade no contexto da ourivesaria da prata religiosa, existente em território nacional no período denominado União Ibérica.

Devemos salientar uma outra diferença, manifesta nos anos constantes nas inscrições, divergentes em apenas um ano, datando um dos cálices de 1581 e o outro de 1582. Para o primeiro caso, que integra o espólio do Museu de Arte Sacra de Elvas desde de 1999², sabemos ter pertencido inicialmente ao núcleo de alfaias litúrgicas da extinta Sé da mesma cidade³. Para o segundo exemplar apenas sabemos ter pertencido à Ordem do Carmo, tendo sido, posteriormente, adquirido pelo Estado português através de verbas do legado Valmor, passando a integrar a colecção de Ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga, a partir de 1933⁴.

¹ Oferta de Filipe II rei das Espanhas que a deu no ano de 1581 (base)/D. Luis Manrique esmoler-mor do reino (fundo-base)//. Todas as traduções de latim para português são da responsabilidade do Dr. Manuel Sarmiento Pizarro, a quem muito agradeço pelo seu contributo e disponibilidade.

² A peça possui o n.º de inventário n.º EL.SA.1.010 our.

³ Esta é uma peça de finais de quinhentos, que sobressai por uma total simplicidade das formas e uma quase total ausência, se exceptuarmos alguns elementos ornamentais existentes ao nível da falsa copa. Toda esta austeridade associada ao monarca mais poderoso do seu tempo, não inibiu Luis Keil de a incluir no lote das peças de valor artístico existentes na Igreja De Nossa Senhora da Assunção, na cidade de Elvas. A devoção da Família dos Habsburgo ao sacramento da Eucaristia e, de D. Filipe II de Espanha em particular, pode perfeitamente justificar, em nosso entender, a escolha desta tipologia. Por outro lado, parece-nos residir o verdadeiro valor da mesma, na carga simbólica imputada a este exemplar pelas circunstâncias históricas directamente associadas ao ilustre representante da monarquia hispânica e, à própria História de Portugal, factores aparentemente tidos em atenção pelo conservador do Museu Nacional de Arte Antiga. (bibliografia).

⁴ A peça possui o n.º de inventário 9 Our. A data de 1933 e a referência ao legado Valmor encontram-se na ficha de inventário da referida peça. Na documentação da Academia Nacional de Belas-Artes, designada de Concessão de Prémios, encontramos entre as aquisições

A total ausência de marcas não nos permite imediatas atribuições, tanto mais quanto parece ser significativa a similitude encontrada em trabalhos realizados em Portugal e Espanha nos séculos XVI e XVII, correspondência essa, mais acentuada ainda com a uniformização proveniente das directrizes conciliares emanadas de Trento, factores que em muito contribuíram para a generalização do trabalho peninsular, em território português. Pese embora tais dificuldades inerentes a uma atribuição do referido trabalho, Artur Goulart aponta este exemplar como sendo trabalho madrileno, nomeadamente do ourives real Juan Rodriguez de Babia, o mais provável, tendo em consideração outros trabalhos de sua autoria⁵.

Neste sentido, o cálice de Elvas apresenta características morfológico-compositivas e ornamentais, bastante semelhante ao exemplar da Igreja de Cerranque, em Toledo, obra do mesmo ourives real, como se refere no catálogo do Inventário da Arquidiocese de Évora⁶. Tal evidência, havia já merecido a atenção de Cruz Valdovinos e, mais recentemente por Margarita Pérez Grande, onde a autora a propósito das características do cálice de Cerranque, de modelo limosnero, originário da produção cortesã a partir de 1570, refere os dois cálices portugueses de 1581 e 1582. Em sua opinião, o exemplar elvense e, o do Museu Nacional de Arte Antiga, enquadram-se nos centros de produção de Alcalá de Hanares, ou Madrid, num período compreendido entre 1570-1590⁷.

Pese embora estas questões reclamem pela sua pertinência, um maior aprofundamento no contexto da produção de ourivesaria da prata em Portugal e Espanha – muito particularmente da religiosa – devemos concentrarmo-nos antes de mais na inscrição, reveladora de informação significativa para uma primeira aproximação aos objectos em estudo.

Posto isto, e como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, estamos na presença de dois cálices ofertados por «PHILIPPUS. II. HISPANIARUM. REX.», nos anos de 1581 e 1582, seguida de uma outra referência, a um outro agente associado à oferta: «D. LUDOUVICO.

feitas através do dito legado, uma referência que julgamos corresponder à peça em estudo, trata-se um cálice de prata dourada do século XVI, adquirido a 10 de Maio de 1833 para o referido museu pelo valor de 10.000\$000. Cf. ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES, *Documentos Relativos à Concessão de Prémios*, fl. 416.

⁵ Ver para esta questão VALENTE, Paulo – Cálice. In GOULART, Artur, coord. – *Arte Sacra nos Concelhos de Elvas, Monforte e Sousel. Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2009, pp. 68-69.

⁶ *Idem, Ibidem*.

⁷ PÉREZ GRANDE, Margarita – Las piezas de platería del Ayuntamiento de Toledo. *Archivo Secreto*. Toledo: Ayuntamiento de Toledo. 2 (2004), pp. 140 e 142.

MANRIQUE. ELEEMOSYNIS. REGGIS».⁸ Complementa a primeira parte da inscrição, no caso elvense, o emblema heráldico de D. Filipe II de Espanha com respectivo colar da ordem borgonhesa do Tosão de Ouro, a mais elitista do seu tempo e, da qual foi Grão-Mestre.

Esta dupla manifestação do exercício do poder real que encontramos no espécime de 1581, oferecido à Sé elvense, corresponde, em nossa opinião, à política diplomática filipina direcionada habilmente ao alto-clero português, dado o seu poder de decisão, uma vez que detentores de lugares nas cortes do reino⁹. Tratava-se claramente de uma política de aliciamento, deixando antever junto dos mesmos os benefícios resultantes de uma monarquia dual, nomeadamente, o acesso a prelaturas mais ricas, caso a pretensão do monarca espanhol ao trono de Portugal se viesse a concretizar¹⁰. Talvez encontremos nesta opção político-diplomática, parte da resposta para o facto de não se ter verificado uma significativa oposição no seio do episcopado português, se exceptuarmos a pessoa de D. João de Portugal, bispo da Guarda e membro da Casa de Vimioso, confesso apoiante de D. António Prior do Crato¹¹.

Por outro lado, devemos ter em consideração o facto de a entrada de Filipe II em Portugal ter sido feita por Elvas em Dezembro de 1580, por ocasião da crise sucessória, sendo esta a primeira cidade a jurar obediência ao monarca e, na qual este permaneceria até Fevereiro de 1581, período durante o qual a Sé de Elvas desempenhou certamente a

⁸ Luis Manrique foi nomeado *lismonero mayor* por Filipe II no ano de 1566 e, capelão mor a partir de 1574 (este último cargo apenas na ausência do arcebispo de Santiago), acumulação de funções que perdurou até à sua morte em 1583. Esta sobreposição de cargos possível pelo breve de Pio V de 7 de Junho de 1569, viria a criar alguns conflitos de interesse no seio da corte madrilena. Note-se que este era um cargo que permitia não só uma proximidade ao poder real, mas também, conferia poder efectivo a quem o desempenhasse. No contexto que aqui importa focar, refira-se a total autonomia conferida por Sua Majestade para distribuir anualmente as esmolas «*en conciencia, y no es obligado a dar cuenta de ello a nadie*». Exemplifica essa total liberdade de acção, a oferenda de três cálices ocorrida no dia da Epifania por Carlos V «*de estos cálices se imbia ordinariamente vno a San Lorenzo el Real y los otros dos a las yglesias que su magd. manda por resolución a consulta de el lismonero maior*». MARTÍNEZ MILLÁN, José; FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, dir. – *La Monarquía de Filipe II: La Casa del Rey*, Madrid: Fundación MAPFRE, 2005, vol. 2, pp. 276, 910 e 933.

⁹ A este respeito, importa referir D. António Mendes de Carvalho, na qualidade de bispo de Elvas, um dos eclesiásticos que assistiu às cortes de Tomar no ano de 1581. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1967. Vol. 2.

¹⁰ BOUZA, Fernando – *D. Filipe I*. Mem Martins: Temas e Debates, 2008.

¹¹ *Idem*.

função de Capela-Real¹². Estes aspectos constituem assim, razões por si só justificativas da existência do cálice naquela cidade da raia alentejana.

Ainda a respeito destes dois cálices, Nuno Vassallo e Silva mostra-se renitente quanto a uma eventual atribuição a um centro de produção espanhol, alegando conhecerem-se trabalhos portugueses coevos, bastante semelhantes a estes, sublinhando, por outro lado, as realidades resultantes da circulação massificada de bens artísticos por ocasião da extinção das ordens religiosas, ocorrida em Portugal no ano de 1834¹³. Se a primeira das questões não nos merece qualquer contestação, já esta última possibilidade, quando verificado o *Livro das Contas dos objectos preciosos de ouro, pratas e joias, que pertencem aos conventos suprimidos do continente do Reino*, no qual constam as redistribuições empreendidas dos mesmos e, muito particularmente das peças de prata procedentes das comunidades religiosas dos diversos distritos portugueses, não consta qualquer peça que pela referida circunstância passasse a pertencer à Sé da cidade de Elvas, o que nos leva a desvalorizar a referida hipótese.

Por outro lado, recorde-se que Filipe I de Portugal só a partir do momento em que é jurado nas Cortes de Tomar se torna efectivamente rei de Portugal e, só nessa qualidade, com poder para nomear pessoas para os lugares necessários ao funcionamento da estrutura do Estado, nomeadamente, para o cargo de ourives real, a quem passaria a competir a realização dos trabalhos na esfera da corte em todo o território português. Todavia, tendo em conta a data de 1581 para o cálice elvense, cidade onde o monarca se encontrava antes das Cortes de Tomar, não nos parece provável tratar-se de uma encomenda a um centro ourives nacional.

Acreditamos pois, estarmos na presença de duas peças – entre outras conhecidas, como a Cruz de Tomar, datada de 1583, existente no Museu de Arte Sacra da Sé de Lisboa¹⁴ – que acompanharam a comitiva real desde o

¹² CABEÇAS, Mário Henriques Z., A entrada e a estadia de Filipe II de Castela em Elvas (5 de Dezembro de 1580 – 28 de Fevereiro de 1581): política, cerimonial, arte e quotidiano. In *III Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna* (16-18 Maio 2013). Évora: Colégio do Espírito Santo – Universidade de Évora, 2013.

¹³ VASSALLO E SILVA, Nuno – Filipe I de Portugal e as artes da prata e do ouro. In *El arte en las cortes de Carlos V y Felipe II*. Madrid: CSIC, 1999, pp. 377-386.

¹⁴ Relativamente à Cruz filipina ver VASSALLO E SILVA, Nuno – A cruz de Filipe I. *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 13 (1993), pp. 108-111. Ainda nesse sentido, interessa referir que como rei de Portugal, Filipe I assume por inerência o lugar de grão-mestre da Ordem de Cristo e, seria nessa qualidade que oferece no ano de 1583 uma cruz-relicário em ouro (que guarda um espinho da coroa de Cristo), ricamente esmaltada, que sendo a insígnia da dita Ordem, era já alvo de uma evolução iconográfica, se tivermos em conta a forma primitiva, passando a ser representada com

primeiro instante. Tratava-se de uma viagem de carácter singular e, nesse sentido, pensada e previamente definida ao pormenor por D. Filipe I, pelo que não parece fazer sentido o descaramento com as peças de prataria quer para uso civil quer religioso, como era prática habitual nas circunstâncias

o braço que a sustenta mais desenvolvido, razão pela qual passou a ser designada de Cruz filipina. Esta obra atribuída a uma oficina de Augsburg, é entre as restantes, directamente associadas ao dito monarca, aquela que mais impressiona pela exuberância decorativa e cromática que apresenta. Na relação directa de Filipe I de Portugal, com obras de ourivesaria sacra, não podemos deixar de referir entre as peças oferendadas por Filipe II de Espanha, I de Portugal, somando-se à cruz de Tomar (que integrou a exposição de 1882) outros exemplares, nomeadamente, o cálice pertencente ao Tesouro – Museu da Sé Primaz de Braga, o qual, em nossa opinião, terá sido ofertado ao Arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Todavia, este seria excluído por se tratar de um trabalho muito possivelmente nacional, uma vez que a representação heráldica nele constante nos remete para o reinado de D. Sebastião, na opinião do Dr. Lourenço Correia de Matos e do Professor Doutor Miguel Metelo de Seixas. Igualmente afastada do interesse da nossa investigação por motivos de ordem geográfica, mas no rol das oferendas régias a custódia toledana quinhentista do tipo arquitectónica, existente em Margão na Índia e, dada a conhecer por Reynaldo dos Santos em 1954. Segundo informação que nos foi prestada pelo Padre Avinash, com base na leitura interpretativa de Carl Hernmarck (sub-director do Museu Nacional da Suécia), feita em 1979, segundo o qual, esta será apresentada a marca de C.A.. Por fim, os dois cálices *limosneros* existentes no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu de Arte Sacra de Elvas. Para um maior desenvolvimento da custódia toledana consultar SANTOS, Reynaldo dos – A Índia portuguesa e as Artes Decorativas. *Separata de Belas Artes*, nº 7, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1954, p. 10 e, ainda, SANTOS, Reynaldo dos – Uma custódia de Toledo en la India Portuguesa. *Goya*. Madrid: Fundación Lázaro Galdiano. 1 (1954), p. 15. No contexto do domínio filipino, devemos ainda referir um outro exemplar, que de algum modo se encontra relacionado directamente com Filipe III de Espanha, II de Portugal. Trata-se de uma bacia, ou fruteiro de prata seiscentista, que participou na exposição de 1882, realizada no Palácio das Janelas Verdes na cidade de Lisboa, onde foi descrita como sendo «*ornada de cercadilho e tem no centro em prata dourada a effigie de Philippe III com a seguinte inscrição: PHILIPUS. III. HIPANIAR. REX.*». Referia ainda o catálogo do respectivo evento ser esta uma peça propriedade de D. Umbelina Júlia da Costa, de Alvares no concelho de Goes, distrito de Coimbra. Correspondente à entrada 394, existe figura correspondente (nº 105), em catálogo próprio. Ver *op. cit.*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 46 e, *op. cit.*, (estampas), Lisboa, Imprensa Nacional, 1882. Esta peça é em tudo semelhante a uma outra existente na colecção de ourivesaria do Museu Nacional Soares dos Reis, a qual por sua vez, na opinião de Irene Quilhó, apresenta semelhanças como uma outra ao nível da «*effigie de Filipe III, rei de Espanha dentro de um medalhão central, reprodução da medalha comemorativa do seu casamento com Margarida de Áustria em 1599*», ou mesmo com a peça existente na colecção do Museu da Fundação Lázaro Galdiano, também ela exibindo um medalhão do referido monarca com a idade de 28 anos de idade, o que data a peça como sendo de 1555. Para um maior desenvolvimento desta questão ver ainda – Nuno Vassallo e Silva Filipe I de Portugal e as artes da prata e do ouro. In *El arte en las cortes de Carlos V y Felipe II*. Madrid: CSIC, 1999, pp. 382-383; SANTOS, Reynaldo dos – Uma custódia de Toledo en la Índia Portuguesa. *Goya*. Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, nº 1, 1954, p. 15 e QUILHÓ, Irene – Ourivesaria. In SANTOS, Reynaldo dos – *Oito Séculos de História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1970, vol. 3, p. 382.

referidas. Por outro lado, o carácter de fácil mobilidade que esta tipologia de peças apresentava, dadas as suas dimensões, tornava-as as oferendas ideais, se tivermos em consideração a política de aliciamento praticada por Filipe II de Espanha, sobretudo, junto do alto clero nacional, como já tivemos oportunidade de referir neste estudo.¹⁵

A segunda inscrição no interior da base, no caso do cálice elvense, remete-nos inequivocamente para aquele que era o esmoler-mor de Filipe II «D. LUDOUVICO. MANRIQUE.», muito possivelmente o responsável pelas encomendas dos respectivos exemplares, dado ser inerente ao desempenho deste cargo a função da distribuição das esmolos atribuídas pelo monarca. De igual modo, não deverá passar despercebida a diferenciação manifesta na colocação das inscrições – na base do cálice e no fundo da mesma – revelador das diferentes importâncias hierárquicas detidas pelos personagens envolvidos, ora atribuindo total visibilidade, ora remetendo para um plano completamente secundário.

Relativamente ao cálice datado de 1582, este ostenta a mesma inscrição, embora esta decorra na sua totalidade na base do dito exemplar, reservando-se o interior da mesma para o escudo da Ordem dos Carmelitas, instituição à qual julgamos ter sido oferendado por D. Filipe II¹⁶.

Por tudo isto, a obra de arte pode e deve ser vista como expressão de um ideal político, moral e religioso, enquanto reflexo que é do período histórico

¹⁵ VASSALLO E SILVA, Nuno – Filipe I de Portugal e as artes da prata e do ouro. In *El arte en las cortes de Carlos V y Felipe II*. Madrid: CSIC, 1999, pp. 377-386.

¹⁶ No que concerne à proveniência do cálice adquirido para o Museu Nacional de Arte Antiga em 1933, pouco se conhece para além da heráldica carmelita nele constante. Como tal, a referida instituição religiosa deve ser uma possibilidade a ter em consideração, quando falamos da doação régia que envolve o cálice datado de 1582. Assim sendo e, conhecendo-se relativamente bem o trajecto empreendido por Filipe II de Espanha em Portugal – nomeadamente, através das cartas que escreveu às infantas entre 1581 e 1583 e, com inúmeras edições conhecidas –, destacam-se os seguintes locais do reino: Elvas, Campo-Maior, Arronches, Crato, Ponte de Sôr, Abrantes, Tomar, Santarém, Almeirim, Salvaterra de Magos, Vila Franca, Almada, Lisboa (Sintra e Cascais), Setúbal e Palmela. De entre todas estas cidades e vilas, conheciam-se algumas fundações carmelitas, que nos permitem circunscrever a área de uma possível localização da suposta comunidade religiosa. Assim, tendo em conta a obra de João Baptista, Portugal Moderno, sabemos existirem à data de 1580-1583, apenas dois conventos de religiosos carmelitas calçados em Lisboa e Colares e, dois outros carmelitas descalços (masculino e um feminino), na cidade de Lisboa. Esta distribuição vem assim fundamentar a possibilidade de ser este cálice, também ele, uma oferenda do monarca, tanto mais que se trata de geografias por ele visitadas. Para mais esclarecimentos quanto a estas questões ver CASTRO, João Bautista – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763. Tomo 2 e BOUZA, Fernando – *Cartas para Duas Infantas Meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*. Lisboa: D. Quixote, 1999.

em que foi produzida, sendo alguns desses domínios, reconhecíveis em ambos os exemplos anteriormente analisados. Mais do que a questão estética (de grande rigidez pelos cânones da época), é, sobretudo, no conteúdo político, manifesto nestas ofertas, que reside a real importância destas peças.

SANGUIS MEVS VEREEST POTUS//¹⁷

À semelhança do que sucedeu com a inscrição anterior, também aqui se aplica a dois cálices-custódia que se encontram na Igreja Matriz de Constatin e de Malhadas, ambas pertencentes ao território diocesano de Bragança-Miranda. São estes dois espécimes trabalhos provenientes do centro de produção de Zamora, ostentando um deles a marca atribuída ao ourives Pedro Bello¹⁸. Datadas como sendo do século XVI-XVII, apresentam características semelhantes ao nível da estrutura do cálice, diferenciando-se, porém, na sua decoração, assim como, na solução encontrada para a segunda metade da composição, correspondente à custódia, sendo uma do tipo templete e outra do tipo sol.

Trata-se de uma criação tipicamente espanhola, pese embora, possamos encontrar esta tipologia em centros de produção nacional nos séculos XVI, XVII e XVIII, comprovando a circulação de modelos entre os dois reinos mais ocidentais da Europa¹⁹. Por sua vez, estes exemplares atestam a existência de ourivesaria religiosa de produção espanhola em território continental português e, ainda que saibamos de inúmeros outros exemplos para períodos que antecedem e procedem as cronologias apontadas para ambos os espécimes, estas, pelas circunstâncias históricas envolventes, acabariam por ser mais estimulantes, em nosso entender, para a encomenda de prataria religiosa em territórios vizinhos à linha da fronteira portuguesa.

Parece-nos de igual modo, ter a tipologia cálice-ostensório, duas possíveis interpretações justificativas de tais existências: uma lógica de economia, procurando-se o duplo carácter funcional da mesma, ao mesmo tempo que nos permite igualmente, uma leitura mais racional, uma vez que a articulação entre estas duas peças – cálice e ostensório – reúne em

¹⁷ O meu sangue é verdadeira bebida//

¹⁸ GOMES, José Manuel Pereira Ribeiro (coord.) – *Ourivesaria Sacra. 1450-1995. Comemorações Jubilares dos 450 Anos da Diocese de Bragança-Miranda*. Bragança. Bragança: Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda - Comissão de Arte Sacra, 1996.

¹⁹ TRENS PBRO, Manuel – *Las Custodias Españolas*. Barcelona: Editorial Liturgica Española, 1952.

si mesmo o vinho e a hóstia consagrada, duas dimensões da instituição eucarística: sangue e corpo de Jesus Cristo.

A frase «SANGUIS MEVS VEREEST POTUS», inscrita na parte superior da copa de ambos os cálices, remete-nos para o contexto bíblico, em particular para o Novo Testamento, onde Jesus Cristo na sua última ceia com os apóstolos, tomando o cálice e dando graças disse: «- *Bebei todos dele. Porque este é o meu sangue, sangue da Aliança, que vai ser derramado por muitos para perdão dos pecados.*»²⁰. Tal como havia ocorrido na Velha Aliança, também o derrame de sangue a que se refere S. Mateus, embora neste caso de carácter divino, foi necessário para a concretização de uma Nova Aliança, imbuindo a presente inscrição de uma carga duplamente simbólica²¹.

Por outro lado, se tivermos em conta o dogma da transubstanciação, expressa na passagem do pão e do vinho para corpo e sangue de Cristo, ocorrida no momento da consagração e, manifesta na primeira pessoa no discurso do Pão da Vida, no qual refere «*porque a minha carne é uma verdadeira comida e o meu sangue, uma verdadeira bebida*»²², verificamos ter residido nesta passagem do Novo Testamento a inspiração para a citada inscrição.

Ainda neste contexto, podemos acrescentar um cálice pertencente à Igreja Matriz de Teixeira, Diocese de Bragança Miranda, o qual à semelhança dos dois espécimes analisado anteriormente constitui, também ele, uma produção espanhola do século XVII. A inscrição – «AVE VERE SANGUIS DOMINI NOSTRI IESU CHRISTI QUI DELATERE EIVUS CV»²³ – coloca-a dentro de uma mesma linha de inspiração bíblica, assim como, numa relação directa da mensagem com a função a que se destina.

Tal como se verifica para o cálice-custódia, também o cálice constitui a tipologia, por excelência, que de melhor forma traduz a magnificência de Deus, ou seja, a custódia tal como o cálice encontra-se mais próximas do divino através do dogma da transubstanciação²⁴, dando-se graças pelo vinho, o verdadeiro sangue de Jesus Cristo derramado para a salvação do Homem.

²⁰ Mt. 26,27.

²¹ Ex. 24,8.

²² Jo. 6,55.

²³ Salve, Verdadeiro Sangue do Nosso Senhor Jesus Cristo, que se entregou//

²⁴ AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. – *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

RELIQUIA DE S. COMBA//

O relicário de Santa Comba, peça de ourivesaria da prata que integra actualmente a colecção do Museu Nacional Machado de Castro em Coimbra, proveio daquele que era normalmente denominado de Museu das Pratas, parte integrante da Sé Velha, onde permaneceu até à instauração da Republica, período no qual é criada a dita instituição museológica conimbricense, onde o mesmo se encontra. Trata-se de uma peça atribuída, ainda que sem grande fundamentação, a um centro de prataria espanhol, cronologicamente datada da primeira metade de seiscentos, sendo mesmo apontados os anos de 1627-1635, como o período possível para a sua elaboração, dado ter sido a dita relíquia oferecida ao cabido da Sé no início de Agosto de 1627²⁵.

Encontrava-se à frente do governo diocesano conimbricense o bispo-conde D. João Manuel de Ataíde, tendo a partir de 1632, quando este é nomeado arcebispo de Lisboa, entrado em período de vacância até 1636, ano em que toma posse o seu sucessor D. Jorge de Melo. O percurso deste prelado, de proximidade à coroa filipina, leva-nos facilmente a equacionar ter sido este o responsável pela encomenda do relicário para veneração de Santa Comba, como seguidamente teremos oportunidade de verificar.

D. João de Manuel de Ataíde descendia de El-Rei D. Duarte. Filho de D. Nuno Manuel, Senhor de Atalaia e de D. Joana de Ataíde, filha do primeiro conde de Castanheira, D. António de Ataíde²⁶. Encontramos ainda no seu núcleo familiar mais próximo D. Jorge de Ataíde, bispo de Viseu e capelão-mor de Sua Majestade D. Filipe I. Seu tio por via materna, foi um dos mais conhecidos prelados do seu tempo, sobretudo, pelo confesso apoio à causa filipina entre a classe eclesiástica nacional.

Corria o ano de 1596 quando ingressa no colégio pontifício de S. Pedro em Coimbra, com o objectivo de prosseguir os estudos na universidade, onde se viria a graduar em teologia. Iniciava-se então o seu percurso clerical, com a nomeação em 1607 para cónego da Sé de Lisboa, pelas mãos de seu tio, o arcebispo D. Miguel de Castro. É feito esmoler-mor de D. Filipe I de Portugal, e imediatamente a seguir, em 1609, é convidado pelo dito monarca para assumir o governo diocesano de Viseu, cargo que havia de desempenhar até 1625, ano em que seria levado de volta a Coimbra sede

²⁵ A peça possui o nº de inventário 6213;O132.

²⁶ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1953. Tomo 11.

do seu novo bispado, tornando-se o 44.º Bispo de Coimbra e, 9.º com o título de conde de Arganil.

O arcebispado de Lisboa, cargo para que foi nomeado em 1632, mas no qual deu entrada apenas no ano seguinte foi o culminar de uma sucessão de cargos da mais elevada importância clerical, só ultrapassados pela função desempenhada enquanto vice-rei de Portugal, cargo que assumiu por dois breves meses, vindo a falecer a 4 de Julho de 1633²⁷.

Podemos pois constatar, ter sido o percurso de D. João Manuel de Ataíde, em parte derivado da sua ascendência aristocrática, com familiares em cargos clericais de eleição, aliada a uma afinidade política com D. Filipe II, que o levaria a obter desejadas distinções, contribuindo umas e outras, para uma carreira que podemos dizer ter sido marcada por alguma singularidade, ainda que inserida num período favorável a promoções políticas e sociais.

Por outro lado, a atribuição desta encomenda ao dito prelado, faz-se no encadeamento de outras duas peças de proximidade cronológica – custódia e cruz-relicário – que António Nogueira Gonçalves, nos diz terem sido trazidas de Madrid em 1633, onde D. João de Ataíde se encontrava «*num conselho em que se tratou da assistência, que El rey fazia dos súbditos eclesiásticos*»²⁸, ostentando ambas as armas nobiliárquicas do seu encomendador. No caso específico da custódia, esta apresenta ainda dois punções, de Madrid e do ourives Luis Melgar. Reconhecida a generosidade deste prelado, não existe contudo, nos estudos por nós conhecidos, dados comprovativos da origem espanhola do relicário de Santa Comba, necessitando as hipóteses comparativas avançadas pelo dito autor, de uma análise mais alargada e conclusiva²⁹.

A aquisição de peças e as fundações pias, foram-se sucedendo no decorrer das diversas posições detidas por D. João Manuel de Ataíde, demonstrando um certo gosto na aquisição de peças, que embora de carácter prático litúrgico, evidenciavam um gosto artístico próprio. É disso exemplo, o enriquecimento da catedral de Viseu com valiosos ornamentos e outras peças de interesse artístico, ou as encomendas aqui mencionadas para a Sé de Coimbra, durante o seu desempenho à frente daquela cátedra. A edificação do seu jazigo, o qual «*dotou com ricos ornamentos e magnificas*

²⁷ GONÇALVES, António Nogueira – Peça de Ourivesaria de Origem Espanhola. *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. Vol. 1 (1942), p. 8.

²⁸ SOUSA, D. António Caetano – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1953. Tomo 11.

²⁹ GONÇALVES, António Nogueira – Peça de Ourivesaria de Origem Espanhola. *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. Vol. 1 (1942), p. 8.

peças»³⁰, na Igreja de Nossa Senhora de Jesus dos Religiosos Terceiros de S. Francisco, em Lisboa – hoje paroquial de Nossa Senhora das Mercês – comunidade da qual era grande benfeitor³¹, constitui outro dos exemplos na linha do que foram os contributos artísticos deste prelado. Voltando ao relicário em análise, estamos perante um espécime que pelo desempenho da função para que foi concebido – contemplação dos vestígios materiais dos mártires santos³² – como testemunha a gravação na base do mesmo, com o nome de «RELIQUIA S. COMBA», leva-nos a interpretar à luz da aplicação das diretrizes tridentinas, bastante clarificadoras no reconhecimento da honra e veneração que se deve prestar às relíquias dos santos³³, estimulando pelo seu exemplo à devoção dos fieis. Esta e outras questões integravam o esquema simbólico propagandístico versus eficiência na luta contra a heresia, proposto pelo Concílio de Trento na XXV sessão, como nos refere Natália Marinho Ferreira-Alves³⁴.

³⁰ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1953. Tomo 11.

³¹ A respeito da benfeitoria deste prelado para com a comunidade acima mencionada, sabemos ter deixado à Ordem 140\$000 devidamente aplicados no juro do Real de Água da cidade de Lisboa, como consta da ficha de inventário do IHRU, com o nº de IPA. 0003202.

³² OREY, Leonor d' – Relíquias e Relicários. *Cadernos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNA. 1 (1996), pp. 13-15. Neste estudo, a autora estabelece uma interessante comparação no contexto do universo das relíquias e relicários, entre Portugal e Espanha. Enquanto em território nacional, a grande disseminação do culto das relíquias se deve, sobretudo, à Companhia de Jesus, naquilo que é a sua função doutrinária, em Espanha o incremento das mesmas ficou-se a dever a D. Filipe II, um verdadeiro apóstolo da relíquia, que se torna o maior colecionador de todos os tempos, na opinião da autora, para quem o Escorial é o melhor exemplo, albergando mais de quinhentos exemplares.

³³ REYCEND, João Baptista – *Concilio de Trento em Latim e Portuguez; Dedicada e consagrada aos Excellentissimos, e Reverendissimos Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Lisboa: Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, 1781. Tomo 2. No âmbito da aplicação das normas emanadas do Concílio de Trento, devemos referir que a cidade de Coimbra ostentava nas suas inúmeras edificações religiosas um thesouro riquíssimo de relíquias notáveis, ostentando o mosteiro de Santa Cruz uma coleção impar, podendo-se venerar os Santos Mártires de Marrocos, D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, para além, de uma quantidade significativa de relíquias directamente relacionada com episódios da vida de Jesus Cristo e de elevada carga religiosa por excelência (Última Ceia, coroa de espinhos, Santo Lenho, Santo Sepulcro, etc), para já não mencionar as relíquias de inúmeros santos, entre os quais a de Santa Comba. Para um maior desenvolvimento desta questão ver CASTRO, João Bautista – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, 1763. Tomo 2.

³⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Iconografia e Simbólica cristãs. *Pedagogia da Mensagem. Theologica*. Braga: UCP. 2.^{as}, 30 (1) (1995), pp. 58-59. Vide, ainda, AZEVEDO, Carlos Moreira de, coord. – *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. 2. Um outro estudo de Diego Suárez Quevedo, a propósito das medidas tridentinas expressas nas constituições sinodais no arcebispado de Toledo, levanta uma

Neste contexto, a legislação produzida imediatamente a seguir, viria a marcar numa perspectiva estilística da História da Arte, a produção artística do Maneirismo e do Barroco, primeiro marcado pela austeridade decorativa, para seguidamente se entrar na «*convocação simultânea dos sentidos e da intensidade da Fé*»³⁵.

Este relicário piramidal, pelos elementos decorativos que apresenta, sobretudo, a imagem escultórica de vulto de Santa Comba, que remata toda a composição, evidenciando os seus atributos – a palma que segura na mão e o livro aberto³⁶ – remete-nos para uma encomenda específica, dado o trabalho personalizado do mesmo de acordo com as relíquias que encerra.

Os espécimes de ourivesaria da prata abordados neste estudo – cálice, cálice-custódia e relicário, seguindo a ordem quantitativa –, apresentam, pelas suas funcionalidades litúrgicas, um lugar de destaque no cerimonial religioso. Atribuídos a centros de produção espanhola, têm ainda em comum uma cronologia correspondente ao período da monarquia hispânica. A conjuntura histórica em que são produzidas confere-lhes uma importância singular no contexto artístico nacional, possibilitando a entrada de um apreciável número de alfaias religiosas a partir do país vizinho, estimulando a circulação de novas tipologias, formas e elementos decorativos identitários da ourivesaria espanhola.

A questão da cronologia em que estas peças foram produzidas – desde o último quartel do século XVI, ao segundo do século seguinte – torna incontornável uma outra realidade que haveria de marcar toda a arte cristã produzida na geografia europeia, com maior incidência em países como Espanha e Portugal. As directrizes emanadas do Concílio de Trento, tiveram uma aplicação rápida aos mais diversos níveis, sendo responsável

questão a nosso ver pertinente a propósito da importância das imagens, segundo o qual, já havia sido alvo de atenção por parte de S. Ignácio de Loyola nos seus Exercícios Espirituais, redigidos por volta de 1526-1527. Estes seriam potencializados pela Companhia de Jesus, instituição que adquiriu singular protagonismo em todo o processo da Contrarreforma. Para maior desenvolvimento desta questão ver SUÁREZ QUEVEDO, Diego – De imagen y reliquia sacras. Su regulación en las constituciones sinodales posttridentinas del arzobispado de Toledo. *Anales de Historia del Arte*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 8 (1998), pp. 257-258.

³⁵ VALE, Teresa Leonor Magalhães do – Da Igreja Combatente à Igreja Triunfante. Espaço e Imagem Religiosa do Concílio de Trento ao Barroco Pleno. *Brotéria*. Lisboa: Jesuítas Portugueses. 15 (2003), p. 332. Ver ainda a este respeito SERRÃO, Vitor – Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750). In *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, (Actas do seminário no âmbito das comemorações dos 450 anos sobre a clausura no Concílio de Trento (1563-2013). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 103-132.

³⁶ Peça com o nº de inventário 6213;O132.

no âmbito da ourivesaria religiosa, por uma estética muito própria, que alguns autores designam como sendo um estilo especificamente tridentino³⁷.

A relação destes objectos com os seus encomendadores e, no caso de Filipe I como seu ofertante, acabaria por ser um factor definidor da própria inscrição neles constantes, marcando uma posição de poder que importava salientar, quer numa perspectiva política do rei para com os seus súbditos, quer numa visão religiosa, do bispo para com os seus fiéis. Ocorre-nos ainda salientar, uma certa discrepância, notória do ponto de vista formal e decorativo das mesmas, que podemos interpretar como sendo proporcionais à importância política que se encontra afecta aos seus receptores, no caso dos cálices associados a Filipe I de Espanha. Finalmente, foi-nos possível identificar duas linhas identitárias que envolvem as referidas peças, uma de carácter político-diplomático e, outra de inspiração bíblica, presente na maioria das inscrições constantes no conjunto das mesmas.

Se para esta última, a mensagem é mais circunscrita ao universo das celebrações litúrgicas, verificando-se uma relação directa da mensagem com a função, para os exemplares régios, a mensagem assume um carácter de maior complexidade, inerente a um universo político-diplomático. Para além da relação destes com o poder régio, que lhe confere uma natural conotação política, estas veem-se reforçadas pela mensagem veiculada no contexto da sucessão de Filipe I à coroa de Portugal. Estas oferendas são por isso, demonstrativas de como a arte pode ser um importante veículo de mensagem política, podendo desempenhar simultaneamente, o objecto artístico, o papel de instrumento privilegiado nas relações diplomáticas.

Este duplo carácter da palavra – religiosa e civil – verificado para os exemplares aqui em análise, são comprovativos da importância que a mesma poderá ter, não apenas numa vertente estritamente catequética, mas também numa perspectiva artística, facultando pistas que nos possibilitam identificar encomendadores, aproximação a centros de produção, ou mesmo balizar cronologicamente a sua produção. Esta singularidade da ourivesaria da prata religiosa, torna-se tão mais importante para a História da Arte, quanto se traduz em informação, nem sempre existente documentalmente.

³⁷ SUÁREZ QUEVEDO, Diego, *op. cit.*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998.



Fig. 1 – Cálice oferecido por Filipe II de Espanha (1581) – Prata fundida, repuxada, cinzelada, gravada e dourada (A. 25,8cm x D. 15,1 cm P. 1169,5 gr.) – Museu de Arte Sacra de Elvas EL. SA. 1.010 OUR. (Fotografia do Inventário da Arquidiocese de Évora)³⁸

³⁸ O autor agradece à Arquidiocese de Évora a autorização para incluir neste estudo as imagens referentes a uma peça que integra a Colecção do Museu de Arte Sacra de Elvas.



Fig. 2 – Pormenor da Inscrição régia existente na base do cálice: *PHILIPPVS . II . HISPANIARVM . REX . MEDONAT . ANNO . 1581.*



Fig. 3 – Pormenor da Inscrição existente no fundo da base do cálice: *D . LVDOVICO . MANRIQUE . ELEEMOSYNIS . REGIIS . PRAEFECTO.*